

Economia - Brasil

Tranqüilidade depois da decisão do Fed

Com superávit comercial de US\$ 15 bilhões num semestre, o Brasil pode enfrentar sem grande abalo um cenário externo desfavorável. A exportação continua vigorosa, o câmbio está ajustado e o financiamento estrangeiro é hoje menos importante para fechar as contas do que foi até há uns dois anos. Os brasileiros não têm motivo, portanto, para grande preocupação diante da alta de juros nos Estados Unidos. O primeiro movimento, anunciado quarta-feira, foi o que se previa: um ajuste de 0,25 ponto porcentual, que mantém a taxa básica em nível historicamente baixo, 1,25% ao ano. A menos que haja uma surpresa, a economia americana continuará a crescer, o comércio mundial não será prejudicado e a recuperação brasileira será mantida.

O superávit comercial brasileiro é apenas a parte mais vistosa do balanço de pagamentos. O bom desempenho da exportação permitiu mudar o sinal da conta corrente do balanço de pagamentos, que é o que determina se o País é ou não vulnerável no setor externo. Nos 12 meses terminados em maio, o Brasil acumulou em transações correntes um superávit de US\$ 6,4 bilhões. Em 1998, o déficit nessa conta havia chegado a US\$ 33 bilhões. O ajuste foi gradual, mas firme, nos

últimos quatro anos e meio.

Com a arrumação nas contas correntes – que incluem a balança de mercadorias, a de serviços e a de transferências unilaterais –, o País ficou muito menos dependente de investimentos e empréstimos externos para equilibrar suas contas. E não há dúvida de que será possível, sem dificuldade, rolar a maior parte das dívidas com vencimento neste e no próximo ano.

Essa mudança foi registrada no mês passado, para especialistas de todo o mundo, em relatório mensal do banco americano de investimentos J. P. Morgan.

O governo reduziu, desde o ano passado, sua vulnerabilidade às variações cambiais. A fatia da dívida pública vinculada ao câmbio diminuiu de 37% em dezembro de 2002 para 16,6% do total em maio deste ano, segundo informe do Banco Central (BC).

A dívida externa líquida, pública e privada, também perdeu importância relativa. Corresponhia a 36% do Produto Interno Bruto em 2002. No fim deste ano, deve equivaler a uns 26%.



Além disso, as condições de endividamento melhoraram sensivelmente, desde o ano passado. A seriedade exibida pelas autoridades, na condução das políticas fiscal e monetária, permitiu a redução do risco Brasil, depois da grande alta de 2002, a níveis próximos daquele em que se encontrava antes da grande especulação da fase eleitoral, há dois anos.

Diante de todos esses dados, é fácil verificar que mais uma vez o mercado financeiro viveu e impôs à economia real uma tensão injustificada. Não havia por que supor que o banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), poderia tomar uma decisão diferente da que vinha sendo sugerida por seu presidente, Alan Greenspan. O Comitê de Mercado Aberto do Fed anunciou exatamente o que se poderia esperar: um ajuste inicial moderado e a disposição de manter o gradualismo nas próximas decisões.

Também não houve surpresa na ressalva incluída em seu comunicado. O Comitê reagirá “como for necessário” às mudanças nas perspectivas da economia, para impedir o

aumento da inflação. Em outras palavras, cumprirá sua obrigação tal como a entende.

Nem por isso deixará de haver especulações, que aliás já começaram, até a próxima reunião do Comitê de Mercado Aberto do Fed, em agosto. E desde já pode-se apostar que, salvo algum imprevisto, o Comitê informará, em nota oficial, uma decisão moderada.

É pouco provável que a alta dos juros americanos desvie recursos financeiros para os papéis dos Estados Unidos, antes que chegue ao nível considerado normal de 5%

Uma alta moderada de juros nos EUA não impedirá o crescimento brasileiro

a 6% ao ano. Mas, mesmo que isso aconteça, não há por que imaginar que a economia brasileira se tornará incapaz de atrair o investimento de longo prazo, que é o que interessa. Se a economia continuar em recuperação, e com bons fundamentos, os investidores serão atraídos. Nada obriga o BC a adotar uma política mais defensiva e a abandonar a redução gradual dos juros, se as pressões inflacionárias recentes, como se espera, tenderem a desaparecer.